

Cultura

MACAU NO DIÁLOGO CULTURAL COM O ORIENTE

Jorge Rangel **

1. DA MEMÓRIA CIVILIZACIONAL AO PROLONGAMENTO DE UM DIÁLOGO FECUNDO

Ainda há pouco tempo, a Professora Maria Idalina Resina Rodrigues, que temos o enorme prazer de ter hoje connosco para proferir a 1.ª lição deste seminário organizado pelo Centro de Estudos Portugueses da Universidade da Ásia Oriental, escrevia que «[...] a cultura portuguesa (que se deu às trocas entre os povos e raças) tem uma homogeneidade densa que enfeixa achegas locais e se revê matizada em contributos que se disseminam pelo mundo». «A permuta cultural é benéfica e fermenta quem acolhe e quem é acolhido; com ela há-de regozijar-se, porque é riqueza». E «[...] o enriquecimento é mútuo e pode lançar raízes».

Embora estas palavras tivessem sido escritas tendo em conta o nosso reencontro com a Europa e a «bagagem de cultura amadurecida» que para ela agora estamos a transportar, elas também se aplicam, na plenitude, à diáspora, à ânsia de transpor limites que nos levou sempre mais longe, à ligação entre civilizações e culturas, de que fomos e ainda somos mediadores. Mais do que neste retorno ao velho continente, onde o ritmo e as metas já não são marcados por nós, e onde iremos sempre no encalce de pontos de chegada, que não devemos deixar de exigir que sejamos também nós a definir, foi na faina cosmopolita que «os padrões se sucederam, dialogaram, se confrontaram e se saudaram».

Julgo, pois, poder com esta ideia-força abrir, de forma apropriada, este seminário e a comunicação que os seus promotores quiseram que eu apresentasse nesta sessão e que valerá apenas como intróito à série de palestras que têm distintos Professores Catedráticos das nossas Faculdades de Letras irão fazer nestes próximos dias, com a colaboração dos leitores do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa presentemente prestando serviço em Macau, na nossa Universidade.

* Comunicação apresentada na sessão de abertura do «Seminário de Cultura Portuguesa», organizado pelo Centro de Estudos Portugueses da Universidade da Ásia Oriental.

** Presidente da Fundação Macau.

A eles, aos especialistas, caberá tratar o tema geral do seminário, na sua perspectiva histórica e científica. Vão fazê-lo, com a competência que lhes é publicamente reconhecida.

Aos responsáveis pelas instituições compete, por seu lado, criar condições para que o diálogo intercultural, já multissecular, possa continuar conseqüente e fecundo. É, pois, perspectivando o futuro que desejam que aborde esta questão, agora que entrámos em mais um período de viragem histórica, neste singular território marcado por um prolongado convívio de culturas, que aqui tiveram o seu mais duradouro ponto de encontro.

«Do Oriente nos vem tudo — o dia e a fê», diz-nos Pessoa. Foi a China quem primeiro descobriu o Ocidente, em demanda de mercado para as suas sedas. Mas foram os Portugueses que abriram as terras das especiarias, da porcelana, do chá e das pedras preciosas ao comércio europeu e aproximaram do ocidente os povos e as culturas orientais. Em Ceuta edificámos o pórtico da nossa «cruzada», que teve o seu remate na Cidade do Nome de Deus de Macau, que se tornou, até por isso, na expressão feliz do Prof. José Augusto Seabra, o «símbolo por excelência do nosso modo universal de ser».

Desse longo percurso de séculos, da memória civilizacional que ainda inspira a nossa identidade, importa saber o que efectivamente ficou e que instrumentos Portugal, integrado hoje num novo espaço socioeconómico privilegiado, pode ainda usar para prolongar o seu diálogo cultural com as velhas nações do Oriente, no fecho definitivo de um ciclo da nossa história.

Para além das pedras, que ainda são testemunho eloquente duma forma de ser e de estar, relembrando as feitorias, os fortes e as igrejas, todos sabemos que ainda há, um pouco por toda a parte, neste vasto Oriente, comunidades de raiz portuguesa vivas ou sobreviventes e uma língua, com as suas variedades crioulas, enriquecidas com elementos locais e constituindo novas formas de comunicação, que aguardam ainda um estudo sistemático e comparativo, não obstante alguns trabalhos notáveis já realizados neste campo.

É especialmente com as comunidades vivas e com as múltiplas instituições ainda actúantes junto delas que nos devemos hoje preocupar, para que o legado cultural português perdure, já que, sem ele, a nossa capacidade de diálogo ficará irremediavelmente afectada.

2. ALGUNS EXEMPLOS VIVOS DA NOSSA PRESENÇA NA ÍNDIA, NA MALÁSIA E NO JAPÃO

Não podendo apresentar de forma exaustiva, por limitação de tempo, os exemplos mais vivos da nossa presença, vejamos sucintamente o que se passa no subcontinente indiano, na Malásia e no Japão e como poderemos, em Macau e através de Macau, desenvolver novos focos de intercâmbio intelectual, fazendo pontes entre o Ocidente e o Oriente.

2.1 NO SUBCONTINENTE INDIANO

Começemos por Goa. Vinte e sete anos após a sua integração, a presença vai-se progressivamente atenuando, apesar do esforço de goeses

de formação portuguesa em manterem as suas tradições e a língua que os individualizou como sociedade cultural e ideologicamente distinta.

Vários centros culturais, uns mais activos do que outros, continuam ali em funcionamento. De entre eles, citamos o Instituto Menezes de Bragança (antigo Instituto Vasco da Gama, fundado em 1871 pelo poeta Tomás Ribeiro); a actual Central Library (antiga Biblioteca Vasco da Gama, anexa ao Instituto do mesmo nome) onde devem estar ainda encadernados os jornais goeses em língua portuguesa desde fins do século passado e livros de autores goeses, além de obras de autores portugueses, especialmente de edições anteriores a 1961; o Centro de Cultura Latina, que editava a revista *Harpa Coesa*; o Arquivo Histórico; a Academia de Língua Portuguesa; a Associação de Cultura e Estudos de Língua Portuguesa e o Xavier Centre of Historical Research, fundado com o patrocínio da Fundação Gulbenkian. Já depois da nossa última visita a Goa, tivemos notícia da fundação em Pangim do Centro de Estudos Indo-Português Voicuntrao Dempó, em homenagem a um advogado, já falecido, que dedicou grande parte da sua vida ao estudo e difusão da cultura portuguesa. Este novo centro pretende promover o estudo da língua portuguesa em Goa, Damão e Diu e dedicar-se à investigação. Vem a propósito mencionar que, apesar das pressões feitas, durante anos, no sentido da absorção destes três territórios pelos Estados vizinhos, as suas populações optaram sempre, obstinadamente, pela sua união, apesar de geograficamente separados.

Portugal tem enviado aos centros culturais goeses livros, *cassettes* e outro material de apoio, mas faltam professores qualificados e há ainda certa indefinição política nesta matéria. Sabemos que o português é ensinado em algumas Universidades da Índia e algumas escolas de Goa, como disciplina de opção, e que a comissão encarregada do estudo da criação da Universidade de Goa recomendou que o português fosse incluído como uma das línguas, dada a sua importância para a investigação histórica dos ricos arquivos aí existentes. Os jornais de língua portuguesa desapareceram completamente. O que se mantém, porém, ainda vivíssimas são as tradições católicas do povo.

Mas não é só em Goa, Damão e Diu que, na Índia, a presença portuguesa é ainda sentida, dado que existem noutras partes pequenas comunidades crioulas de raiz portuguesa. Recordo que no Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo, realizado em Lisboa em 1983, se deu especial relevo a Chaul, onde ainda existe uma comunidade indo-portuguesa homogénea e cheia de vitalidade e não bilingue, parecendo falar apenas um português muito antigo na aldeia de Korlai.

Outro exemplo curioso é o da comunidade de Batticaloa, no actual Sri Lanka, onde se usa ainda uma língua indiscutivelmente de raiz portuguesa. Não resisto à tentação de mencionar uma convocatória de um clube local, que é encabeçada pelas palavras «ordem do dia» e termina com a expressão «seu sinceramente» e assina «Rienze Balthazar, Secretário». O primeiro ponto da agenda é «Presidente sua bemvinda palavra»... É este um exemplo elucidativo do crioulo português do Sri Lanka, onde os Portugueses difundiram a fé cristã desde princípios do séc. XVI, tendo mesmo baptizado o rei de Kote e algumas famílias nobres de Jaffna, deixando por toda a ilha muitos apelidos ainda em uso, como Almeida,

Fernando, Gabriel, Rodrigo, Alwis., Costa, Percra, Fonseka, etc. e vocábulos incorporados no cingalês. Como aconteceu, de resto, noutras línguas orientais.

2.2. NO SUDESTE DA ÁSIA — UMA PRESENÇA VIVA EM MALACA

Quanto a Malaca, apenas uma breve referência, já que quase todos os que aqui estão conhecem uma pequena comunidade que, vivendo à beira-mar, não muito longe da Porta de Santiago, séculos volvidos, continua obstinada e orgulhosamente ligada a Portugal, mantendo usos e costumes e uma língua própria — o «Papiá Cristang».

Da presença monumental portuguesa no então maior empório comercial do Oriente pouco resta já, mas essa pequena comunidade continua reunida no seu Kampong Serâni ou Kampong Portugis, ou Portuguese Settlement, em casas alinhadas ao longo de ruas com o nome Albuquerque, Erédia, Araújo, Godinho e Sequeira. As circunstâncias têm-me permitido um contacto frequente com esta comunidade e os seus dirigentes.

A sobrevivência desta comunidade malaio-portuguesa, que ainda considera Portugal a sua Pátria, vai depender do apoio que lhe pudermos dar. Desde 1981 que a sua paróquia — a de S. Pedro — ficou desligada da Missão Portuguesa, mas a Diocese de Macau deseja continuar a manter junto dela missionários portugueses, tal como em Singapura, onde os católicos consideram ainda a velha Igreja de S. José como a Missão Portuguesa, apesar de também já não o ser. Um dos velhos padres de Malaca, Manuel Pintado, vive junto da comunidade há mais de 40 anos e tem dedicado muito do seu tempo ao estudo da presença portuguesa na região. Tem uma série de volumes por publicar e pretende converter a sua biblioteca e arquivo em espólio de um futuro Centro Cultural Português, que penso ser o Dr. Luís Filipe Thomaz, outro incansável e prestigiado investigador e professor, a pessoa mais indicada para organizar, caso não faltem os meios para que esta iniciativa se concretize.

Um problema que se põe hoje aos malaqueiros é se, tendo em consideração especialmente o futuro dos seus filhos, devem procurar uma melhor integração no todo da Malásia e perder, a pouco e pouco, a sua identidade ou permanecer como comunidade autónoma. É este o drama que transparece em *My People, My Country*, de um dos seus mais qualificados líderes, Bernard St.^a Maria, recentemente falecido, que defende ser «imperativo que se leve a cabo um estudo mais amplo sobre os descendentes dos portugueses do Extremo-Oriente, para avaliar a sua força comum, os seus problemas e o seu destino».

Da presença portuguesa na Indonésia dá-nos conta o Embaixador António Pinto de França em *Portuguese Influence in Indonésia*, editado pela Fundação Gulbenkian. Por serem situações mais conhecidas dos presentes, dispenso-me de mencionar a Tailândia e outros países do Sudeste da Ásia, onde existem sinais visíveis da nossa presença e um renovado interesse por Portugal. Quanto à China, onde existiram pequenas comunidades portuguesas, que depois de 1949 se concentraram em Hong Kong, ou emigraram, procura Portugal desenvolver hoje um intercâmbio, a todos os níveis, estando a ser cumprido, na medida do possível, um Acordo de Cooperação Cultural.

2.3 NO JAPÃO — UMA REFERÊNCIA ESPECIAL

Neste enumerar solto de exemplos, não quero deixar de mencionar, com algum relevo, o Japão, que, pela sua importância no mundo de hoje e pelo papel que vai certamente continuar a desempenhar na edificação da sociedade do futuro, merece uma referência especial.

A presença portuguesa nesse país, expoente da tecnologia moderna, foi fortemente marcada, no início, precisamente nos domínios da ciência e da tecnologia.

Como bem salientou o Embaixador Armando Martins Janeira (*O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa*):

« [...] é impossível apreciar hoje até onde chegou o efeito do impacto da cultura portuguesa na cultura japonesa e quanto dele ficou. Os conhecimentos que os portugueses levaram ao Japão no campo da astronomia, da geografia, da arquitectura, da arte militar, das ciências naturais e especialmente da medicina e da navegação, das técnicas de construção naval e da imprensa, não se perderam. Não só influíram no pensamento japonês mas ainda constituíram a base duma nova atitude científica, simples, por vezes rudimentar, e de um modo de pensamento que os intelectuais japoneses, nos dois séculos seguintes, ou sós, ou auxiliados pela experiência holandesa, haveriam de pensar, amadurecer e desenvolver».

Neste contexto, teve um alcance particularmente significativo a introdução da espingarda, que revolucionou costumes e alterou o equilíbrio das forças tradicionais.

Não há muito tempo, foi apresentado na R.T.P. um documentário produzido pela Teledifusão de Macau, intitulado *Tanegashima, a Ilha da Espingarda*, o primeiro de uma série acerca das tradições portuguesas no Oriente.

Os seus autores, os jornalistas César de Sá e Avelino Rodrigues, descreveram assim o seu primeiro contacto com aquela Ilha, por altura do Festival Anual da Espingarda:

«Chegar a uma ilha do fim do mundo e encontrar na rua portuguesas do sec. XVI, vestidos a preceito, dar de frente com uma nau portuguesa, a cruz de Cristo nas velas enfunadas, ouvir falar do «Homem do Mar» e mostrarem-nos a estátua do Infante D. Henrique sobre o cais — tudo isto no mar do Sul do Japão, já perto de Oquinawa — constitui uma oportunidade inaudita de repensar o nosso lugar na História. Não há português que se preze, capaz de resistir a este impacto comovedor».

De facto, este rememorar, com veneração, dos primeiros contactos com o Ocidente, através de Portugal, não é exclusivo de Tanegashima. Noutros locais, como em Sakai, por exemplo, cidade antiga ao lado de Osaka, é anualmente recordada a chegada dos Portugueses ao Império do Sol Nascente, nas festas da cidade. Vários governadores de Macau tiveram o ensejo de participar nestas comemorações, como convidados de honra, criando-se a oportunidade para o desenvolvimento de um profícuo intercâmbio entre algumas cidades japonesas e a nossa Cidade do Nome de Deus.

Carros alegóricos, simulando naus portuguesas, escoltados, por homens vestidos à moda do sec. XVI, com trajes provavelmente decalcados das figuras dos célebres biombos *namban* e armados com velhos bacamartes, circulam pelas ruas durante aquelas festas, que atraem muitos milhares de visitantes. É ainda da ilha de Tanegashima, onde os japoneses experimentaram os primeiros disparos com armas de fogo, que, de um centro situado próximo da praia onde aportaram os Portugueses no sec. XVI, são hoje lançados foguetões espaciais para fins científicos, num programa que coloca o Japão na vanguarda da era tecnológica.

A medicina e a cirurgia moderna foram introduzidas pelos jesuítas, que também se notabilizaram pelo desenvolvimento da astronomia, da meteorologia e das artes.

As naus portuguesas, por outro lado, estimularam a construção naval e o aperfeiçoamento da marinharia, da geografia e da cartografia. O mapa do Japão do P.^o Francisco Cardim circulou amplamente pela Europa nos secs. XVII e XVIII.

No sec. XVI, a Companhia de Jesus mantinha no Japão quase duzentas escolas, além de seminários e um Colégio de Humanidades e Retórica. Se, de facto, como preconizava Inácio de Loyola, a educação é «a arma mais efectiva da propagação da fé», o principal legado de Portugal no Japão, o mais consequente e duradouro, é exactamente a fé cristã, abraçada hoje por milhões de japoneses.

Apesar de três séculos de isolamento do reino dos Tokugawas, em que todos os contactos com o Ocidente foram interrompidos, estes continuam hoje a ser evocados com respeito e veneração pelos japoneses e a curiosidade por Portugal mantém-se viva.

Mesmo numa exposição de alta tecnologia, como a que se realizou em Tsukuba, nos arredores de Tóquio, em 1985, onde a presença portuguesa ficou acanhadamente anichada num sector menos visível, foi elevado o número de visitantes japoneses atraídos pelas coisas portuguesas, pela história da espingarda e pela epopeia dos descobrimentos, dois dos aspectos mais salientes do nosso pavilhão.

Os tripulantes do navio-escola Sagres, de visita a Osaka e a outros portos do Japão, e outros grupos de portugueses que têm demandado aquelas paragens têm podido também testemunhar o alto apreço que as autoridades e o povo dedicam a Portugal.

No Japão há, de facto, um interesse significativo pela cultura portuguesa, a cujo estudo se dedicam historiadores especializados. Autores Portugueses, como Miguel Torga e Fernando Namora, foram traduzidos, além de Pessoa e Camões. Também as *Obras Completas* de Wenceslau de Moraes, figura muito venerada naquele país e a quem é dedicado um museu em Tokushima, e uma *Antologia* dos escritos de Armando Martins Janeira, a quem se deve um conhecimento maior e mais actualizado do Japão em Portugal, foram vertidas para japonês.

Entretanto o P.^o Jaime Coelho concluiu um *Dicionário Português--Japonês*, e algumas Universidades, como a Católica de Sofia, em Tóquio, mantêm Departamentos de Português. Por seu lado, a Sociedade Cultural Luso-Nipónica realiza estudos e edita um boletim e a Câmara de Comércio Luso-Japonesa vai promovendo um melhor relacionamento comercial com Portugal a partir de Nagasaki, cidade do Japão meridional ligada a Portugal, através de Macau, por séculos de contactos, onde gostam de

presentear os visitantes com o bolo típico da região, um pão-de-ló quase igual ao nosso.

Os portugueses hoje residentes no Japão são em reduzido número. Mas das muitas imagens que guardo do Japão, vem-me amiúde à lembrança a de uma casa japonesa, nos arredores de Yokohama, habitada por um velho português de quarta geração no Oriente. Na sala de visitas dessa casa, toda ela japonesa, na decoração, na mobília e no próprio jardim preparado para a meditação, o único objecto não japonês era uma grande bandeira portuguesa colocada na parede mais nobre numa rica moldura também japonesa.

Mas, infelizmente, os contactos com o Japão moderno não são ainda suficientes. Nem sequer temos podido tirar proveito dos grandes fluxos turísticos que hoje demandam a Europa, em busca de outras culturas e outras civilizações.

A distância e talvez a eterna falta de recursos não têm permitido o desenvolvimento de um intercâmbio mais fecundo, de que Portugal seria o grande beneficiário.

Resta-nos juntar a nossa voz ao apelo de mais um dos ilustres missionários da Companhia de Jesus, o P.^o Benjamim Videira Pires, velho residente de Macau e autor da notável obra *Embaixada Mártir*, dedicada ao holocausto dos portugueses e outros cristãos que desembarcaram em Nagasaki em 1640:

«Julgamos necessário que a comunidade mundial de expressão lusíada, numa campanha comum, a nível político, comercial e universitário, se empenhe profundamente pela restauração do intercâmbio cultural com o Japão. Que bom seria para nós e para todo o mundo se os dois extremos do Ocidente e do Oriente se unissem [...]».

Esta ideia serve-lhe de tema para a sua última obra, recentemente editada pelo Instituto Cultural de Macau, intitulada *Os Extremos Conciliam-se ou Transculturação em Macau*, onde nos diz que:

«Daí que a transculturação, osmose contínua e sem datas, em corpo e alma, de tudo o que somos e temos, entre homens e povos que sabem conviver, com toda a abertura de espírito ecuinénico, represente, melhor que os outros tipos culturais, a síntese vivencial que este pedaço de história luso-chinesa plasmou solidamente, num tempo e espaço definidos. Temos pois, duas culturas, seculares e opulentas — a portuguesa e a chinesa — que se encontram e fundem, em transculturação criadora. Aqui, em Macau.»

3. ESTREITAR OS ELOS DE UMA LONGA CADEIA DE COMUNIDADES

O tempo não nos permite alongar-nos em mais exemplos duma presença que a Dr.^a Graciete Batalha, num dos seus trabalhos, sintetiza de forma muito feliz:

«[...] o que verificamos — e disso é justo que nos orgulhemos — é que, mesmo onde a presença material portuguesa cessou, a marca que deixámos no espírito dos povos com os quais convivemos, mesmo sem os colonizarmos, parece ter em si qualquer coisa de eterno. Ficou com

eles algo difícil de definir — um apego, uma lembrança, um sentimento que poderá talvez ser traduzido por uma palavra tão nossa e que, por isso, também o é do português de Malaca. Ficou uma *saudádi*.»

Se soubermos estreitar os elos desta longa cadeia de comunidades que se estende sempre para além do horizonte e reforçar os laços com as numerosas instituições ainda disponíveis para uma cooperação com Portugal, o diálogo projectar-se-á, por longos anos, no futuro, para além da nossa presença administrativa e política. Mas urge actuar já e compreender o papel de extrema relevância que Macau pode desempenhar neste contexto.

Impelidas decerto pelos condicionalismos determinados pela *Declaração Conjunta Luso-Chinesa*, que define o enquadramento político-administrativo para a transferência do exercício da soberania em 1999, pessoas e instituições, algumas delas só ténue e episodicamente ligadas à presença multissecular de Portugal no Oriente, começaram a assumir-se como intérpretes de uma urgente e inquestionável missão nacional, que é a de defender e salvaguardar a cultura portuguesa em Macau e em toda esta vasta área geográfica.

Sendo imensamente positivo este renovado interesse por um legado histórico, que parece ser desejo comum dos Portugueses projectar para além dos limites temporais fixados num acordo formal entre Estados, importa ter em conta que toda a acção a empreender, neste contexto e nestes anos derradeiros, só será consequente, legítima e eficaz, se resultar de amplos consensos, possíveis apenas com o envolvimento directo das gentes e instituições de Macau e não da imposição artificial de medidas precipitadas e quiçá já extemporâneas, mesmo quando aparentemente válidas e por melhores que sejam as intenções de quem só recentemente ganhou o direito de intervir num processo excepcionalmente complexo e que deles exige, por isso mesmo, um conhecimento suficiente da realidade local. Há que acautelar, pois, alguns eventuais excessos de entusiasmo e, com pragmatismo, encontrar as soluções mais consentâneas com o período histórico que estamos a viver, no limiar da última década da Administração Portuguesa.

4. INSTRUMENTOS PRIVILEGIADOS DO DIÁLOGO INTERCULTURAL

Num território em que a actividade cultural viveu, durante largo tempo, quase exclusivamente à custa de impulsos individuais, alguns de inegável mérito, e graças a um mecenato generoso mas sem garantia de continuidade, a definição de uma política cultural mais consistente só se tornou possível com a criação do Instituto Cultural de Macau, em 1982. Este organismo, não obstante algumas bruscas mudanças de orientação, resultantes da descontinuidade da acção governativa, facto que tem afectado, em alto grau e em todas as frentes, o progresso de Macau, realizou já, no curto período da sua existência, obra bastante significativa, mormente no que respeita à identificação e preservação do património cultural e à promoção dos valores que conferem a Macau uma identidade própria, que é consequência do prolongado encontro de culturas e do

convívio humano que aqui se manteve em desejada harmonia, ocasionalmente perturbada por factores externos incontrolláveis.

É, portanto, esta vivência intercultural que tem de ser compreendida e respeitada, num momento em que novas iniciativas começam a ganhar consistência e não podem ser tomadas de ânimo leve. Face à nova situação de Macau, importa, desde já, repensar o papel do Instituto Cultural e preparar a criação de uma nova instituição que complemente a sua actividade e que, recebendo e ampliando algumas das suas atribuições, possa, para além de qualquer transição administrativa ou mutação política, manter vivo um legado precioso e constituir um sustentáculo poderoso para desenvolvimento do diálogo e do convívio de culturas que devem continuar nestas paragens onde é prestigiada e quase universalmente aceite a memória de Portugal e onde os Portugueses, numa área do globo já fortemente apostada no século XXI, podem ainda ter uma missão a cumprir.

Com a recente colocação da Universidade da Ásia Oriental — uma instituição de ensino superior estrangeira, mas a única existente no Território — na dependência da Fundação Macau, a quem cabe agora a especial responsabilidade de adaptar às necessidades de Macau, pondo-a primordialmente ao seu serviço, formando e reciclando quadros essenciais para o futuro e conferindo-lhe uma capacidade dinamizadora da acção cultural e da investigação científica, virada para os problemas de Macau e onde se pretende que venham a intervir mais e mais académicos e técnicos qualificados, portugueses e chineses, foi já dado um passo extremamente importante. E, porém, chegado o momento da criação de um novo organismo, de preferência sustentado por uma fundação e tecnicamente apoiado por instituições nacionais, incumbido de assegurar a divulgação dos valores culturais portugueses, incentivar o diálogo entre a cultura portuguesa e as culturas das nações do Oriente com as quais Portugal tem mantido, ao longo dos séculos, relações culturais ou de simples comércio e convivência, estudar as questões culturais, sociais e até económicas que dizem respeito ao relacionamento de Portugal e de Macau com os povos e países desta área geográfica, coordenar as acções no domínio da língua e da cultura com verdadeiros agentes culturais mais do que simples leitores, promover a cooperação com outras instituições científicas e culturais, desenvolver a solidariedade entre as comunidades de cultura portuguesa e divulgar as culturas do Oriente em Portugal e na Europa, através de Portugal.

É este um projecto ambicioso, mas que julgamos perfeitamente ao nosso alcance. O modelo para este «Instituto Português do Oriente» tem sido objecto do estudo e da reflexão de muitos portugueses, de várias gerações, de ou ligados a Macau.

Ainda quanto a Universidade, novos cursos em língua portuguesa ou com um maior envolvimento da capacidade científica portuguesa estão a ser lançados. Uma melhor ligação institucional aos estabelecimentos de ensino superior e a centros de investigação da China também vai sendo conseguida.

Sintonizados com os apelos do momento presente e certos de que o tempo impõe um ritmo incompatível já com a espera de condições ideais para que cada novo curso possa ser oferecido na sua forma perfeita, decidimos avançar resolutamente na sua criação. Correndo o risco de a

obra revelar contornos ainda inacabados, preferimos ousar e responder já, evitando os caminhos fáceis que a excessiva prudência recomendaria, mas que levariam ao protelamento de iniciativas que já ontem deviam ter nascido.

Também o Centro de Estudos Portugueses da U.A.O. deverá receber um novo impulso, agora que foram negociados alguns apoios da Fundação Oriente, e a Universidade deverá ter um Departamento de Estudos Portugueses, orientado por um prestigiado académico português, capaz de lhe dar forma e conteúdo e poder cumprir a missão de divulgação da língua e da cultura e estabelecer, com continuidade e eficácia, intercâmbios com Universidades e outras instituições congêneres.

5. OS DESAFIOS DE UMA DÉCADA DECISIVA — OS ALICERCES PARA UM CONVÍVIO QUE DEVE CONTINUAR

Outras iniciativas se seguirão, visando o mesmo objectivo, que é o de preparar toda a comunidade para os desafios desta década decisiva, condicionante de outras em que as gerações novas de Macau irão viver, num quadro político, económico e social mais próximo ou bastante distante do actual, conforme a nossa capacidade de tornar possível o projecto de futuro já definido na letra do acordo e que a todos os responsáveis, cada um no seu lugar, compete pôr em prática, sem medo da mudança e dos «choques do futuro», mas com a determinação, o rasgo e o realismo, incompatíveis com a lassidão, a tibieza ou a mera «fachada», próprias de sociedades mornas, em «fim de festa».

Além do mais, o novo quadro político de Macau coincidirá com o fim do nosso século. O dealbar de um novo milénio, com a magia, os mitos e as utopias que sempre acompanham o nascer duma nova era, constitui também uma meta, para onde se orienta já o pensamento dos educadores, em qualquer parte, acreditando sempre em sociedades tecnologicamente avançadas, mas em que os eternos anseios de fraternidade, dignidade humana, justiça, igualdade e melhor qualidade de vida prevalecerão. Ninguém ignora que é especialmente nas Universidades que os sonhos do futuro encontram os caminhos mais seguros para a sua materialização.

Aproveito para recordar as palavras de um saudoso embaixador e homem de cultura recentemente falecido:

«A maior herança que Portugal poderia deixar em Macau seria uma Universidade, estabelecida em moldes modernos, que fosse um foco de intercâmbio intelectual, fazendo a ponte entre Ocidente e Oriente.»

O Instituto Português do Oriente, cuja criação venho defendendo de há alguns anos para cá, e a Universidade da Ásia Oriental (ou simplesmente — porque não? — Universidade de Macau) serão instrumentos valiosíssimos. Eles precisarão, contudo, do apoio técnico e científico de instituições nacionais. Para além da Fundação Gulbenkian, que tem desenvolvido obra de vulto, importa citar o ICALP e os seus leitores.

O ICALP pode promover uma eficaz articulação de esforços de outras instituições nacionais para o desenvolvimento do diálogo com as culturas

do Oriente. São do Professor Fernando Cristóvão, seu presidente, estas esclarecedoras palavras:

«Os laços históricos entre Portugal e o Oriente, iniciados em feitorias de grande importância para o comércio, a evangelização e a cultura em geral, originando um património riquíssimo que vai das edificações de pedra até à língua, religião, usos e costumes encontram--se hoje enfraquecidos e dispersos, situação esta ainda mais ameaçada pela próxima integração de Macau na administração chinesa. Exigem por isso uma atenção especial, até porque se em alguma parte do mundo o português é admirado e prestigiado é, sobretudo, na Ásia.»

E conclui o Professor Fernando Cristóvão pela necessidade de aumentar os leitorados, o que se tornou possível através de um protocolo com o Governo de Macau, apesar de alguns aspectos de articulação, na prática, não estarem ainda resolvidos a contento.

Sobre os leitores, também importa dizer uma palavra. Será difícil não concordarmos com o Professor Agostinho da Silva, o grande mestre de tantos de nós, o semeador de centros de cultura portuguesa (com quem tenho tido o privilégio de manter uma assídua correspondência, para mim imensamente enriquecedora, a partir de um conhecimento iniciado em 1963), quando disse numa entrevista ainda recente que os leitores não devem ser «pescados aqui e ali, ao sabor das candidaturas, mas pessoas alistadas, como se alistam cadetes para a escola naval ou para a escola do exército. Alistados para isso, para serem o nome da Cultura Portuguesa no mundo».

Neste pensamento está implícita a necessidade de um novo espírito de missão que importa reintroduzir nas nossas instituições de primeira linha. Para que amanhã, dentro de poucas décadas, não fiquem na nossa lembrança de Macau e do Oriente apenas as pedras semeadas aqui e ali e a fachada da velha igreja da Madre de Deus ou de S. Paulo, *ex-libris* da cidade, o «sermão em pedra» que é obra de amor, fé e sacrifício de gentes variadas, irmanadas no mesmo ideal religioso e que vem resistindo às inclemências do tempo, ou a pequena gruta de Camões, «santuário pan-lusitano» (no dizer de Camilo Pessanha), por onde desfilarão gerações de portugueses de Macau em quem foi estimulado o sentimento da Pátria e o culto do génio numa cerimónia que todos os anos se repetiu no Dia de Portugal e que não foi condicionada por regimes, por Governos ou pela vontade de homens que passam.

Claro que, além do que mencionei, importa, de igual forma e primordialmente, reforçar a nossa presença económica e também a diplomática, ainda fracas mas susceptíveis de um muito maior desenvolvimento, se a lucidez dos governantes não faltar. Mas são aspectos que já transcendem o âmbito desta comunicação e o tempo que me foi destinado.

Para terminar, lembrarei apenas que muito para além do património económico e material, é o cultural a grande dádiva recebida daqueles que nos precederam no tempo — ele é o elo sólido de uma cadeia que vem do passado e haverá de se prolongar no futuro.

É esta possibilidade de receber e transmitir cultura que faz as sociedades serem de «homens vivos», isto é, passíveis de grandes transformações e de grandes obras.

O sonho da harmonia só pode nascer do encontro de culturas, do seu entendimento, da sua valorização, da sua dignificação, do respeito mútuo. Este contacto multissecular fornece-nos os alicerces para um convívio que pode continuar, se soubermos, como comunidades, dentro delas e entre elas, compreender os caminhos do futuro e estar aqui no presente.

